

# ATUAÇÃO REMOTA DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Anne Caroline Santana Iriarte <sup>1</sup>  
Vanessa Regina de Oliveira Martins <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta um recorte de uma dissertação de mestrado em Educação Especial, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com o contexto da pandemia de Covid-19, a atuação dos intérpretes educacionais passou por mudanças que vão além do ato interpretativo, pois o momento histórico exigiu novas práticas e conhecimentos diante para o trabalho remoto. Diante disso, esse trabalho tem como objetivo conhecer as práticas de intérpretes educacionais em contexto remoto, e compreender os aspectos de remodelagem do trabalho nesse formato para os profissionais e para o *aprender* de alunos surdos por meio da interpretação em Libras. Para isso, os dados foram coletados por meio de: a) entrevistas com intérpretes educacionais e com uma aluna surda, e b) observação, com registro de campo, na sala de aula virtual de uma universidade do interior do estado de São Paulo. A análise dos dados foi realizada pela lente deleuziana em seu conceito de *aprender* e com autores dos Estudos Surdos em Educação, para discutir sobre a função pedagógica exercida pelo intérprete e suas novas práticas no contexto educacional remoto. Os resultados da pesquisa demonstram que, o formato remoto no ensino superior, proporcionou ao intérprete práticas que evidenciam seu posicionamento de mestria ativa, a partir da utilização das funcionalidades das plataformas virtuais de forma criativa, como o registro de informações importantes, via *chat*, para o aprendizado do aluno, e a gravação de materiais interpretados e/ou traduzidos, com inúmeros recursos. Contudo, aumentaram-se também as demandas de trabalho, o que causou sobrecarga e, por conseguinte, sintomas físicos e mentais. Para a aluna surda, o formato remoto, de certo modo, distanciou as relações, limitando a criação de vínculos com professores e com colegas ouvintes, pela falta do contato visual. Como conclusões, aponta-se que o ensino remoto foi desafiador para todos os envolvidos, ressaltou desigualdades sociais e escasso letramento digital. Por outro lado, nota-se a potencialização de práticas inovadoras por parte dos intérpretes, voltadas para o aprendizado de alunos surdos no ensino superior. Os profissionais, com suas estratégias, possibilitaram que uma plataforma que mantém a hegemonia das línguas orais, fosse utilizada para contribuir com o processo do *aprender* com signos de alunos surdos. Assim, é necessário o preparo das instituições de ensino superior e a ampliação da oferta de materiais em Libras, produzidos nessas plataformas, para alunos surdos, inclusive, para o formato presencial.

**Palavras-chave:** Intérprete Educacional, ensino remoto, visualidade, tecnologia.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação Especial pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEEs). Tradutora e intérprete de Libras e Língua Portuguesa na UFSCar. E-mail: [anneiriarte@ufscar.br](mailto:anneiriarte@ufscar.br);

<sup>2</sup> Pós-doutoranda Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - Processo nº: 101801/2022-0. E-mail: [vanessamartins@ufscar.br](mailto:vanessamartins@ufscar.br);

## INTRODUÇÃO

A atuação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras - Português (TILSP) no contexto educacional possui especificidades que decorrem do ambiente, dos sujeitos envolvidos, bem como do modelo de educação. Sua presença numa perspectiva de inclusão impõe um trabalho diferenciado, visto que a língua de instrução é a língua portuguesa, portanto, há a necessidade desse profissional para mediar informações, conhecimentos e interações. Discursos que circulam em dispositivos jurídicos e manuais de conduta, por exemplo, não dão conta de descrever as práticas do intérprete educacional, pois nesse contexto, pelo encontro com o outro-aluno, o TILSP assume uma posição de mestria ativa. Não apenas interpreta, mas está preocupado com o aprendizado do aluno e sua atuação permeia o que é da ordem do ensino, em parceria com o professor.

No período da pandemia do Covid-19, o trabalho dos intérpretes educacionais sofreu alterações que superam essa característica descrita. O novo contexto pandêmico exigiu conhecimentos diversos, práticas inovadoras diante do formato de aulas instaurado pela necessidade de isolamento social. Trata-se do ensino remoto, realizado por meio de plataformas de reuniões virtuais, com uso de tecnologias. O desafio posto para os intérpretes com essa mudança refere-se ao aprendizado de como utilizar plataformas de videoconferência, à necessidade de adquirir recursos, adequar o espaço residencial para o trabalho, bem como à gestão do tempo entre o trabalho e demais atividades, entre outras adaptações.

Ao mesmo tempo em que os TILSP se adaptaram ao novo modelo, alunos, professores e demais profissionais da educação também se viram diante de novas formas de atuação. Embora as atividades acadêmicas tenham continuado em caráter emergencial, o novo formato exigia condições socioeconômicas compatíveis com a aquisição de recursos tecnológicos para o acompanhamento das aulas pelos alunos, além do conhecimento para o manuseio desses equipamentos. (SHIMAZAKI; MENEGASSI; FELLINI, 2020), que nem todos conseguiram alcançar de imediato. A falta de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto, evidenciou as desigualdades sociais de tal modo que muitos estudantes ficaram excluídos do processo educacional durante esse período.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo conhecer as práticas de intérpretes educacionais em contexto remoto, e compreender os aspectos de remodelagem do trabalho nesse formato para os profissionais e para o *aprender* de alunos surdos por meio da interpretação em Libras. Com isso, a importância da pesquisa é a contribuição para repensar a forma de trabalho do TILSP para uma extensão do formato remoto de atuação, para propor uma reflexão sobre a educação de surdos em plataformas e recursos tecnológicos e sobre as interações nesse espaço, uma vez que havia poucas discussões sobre essa forma de atuação.

Nesta pesquisa utilizamos o conceito do *aprender*, pela obra *Proust e os Signos* de Deleuze (2022) para pensarmos como e se as práticas inclusivas por meio da interpretação em Libras no formato remoto possibilitam o *aprender* dos alunos surdos. Entendemos que o campo da educação, sendo um local de atuação profissional do TILSP, deve ser analisado a fim de compreender a função pedagógica assumida pelo intérprete ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios impostos pelo formato remoto.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, com investigação em uma sala de aula da pós-graduação e entrevistas com intérpretes educacionais e uma discente surda em uma universidade federal. Analisamos aspectos discursivos e não-discursivos e notamos que a quantidade de demandas dos TILSP no período remoto aumentou significativamente, ampliando também as tarefas realizadas por eles para que os alunos surdos conseguissem acompanhar esse formato de ensino. Reduziu distâncias, no sentido da possibilidade de atuar com intérpretes de outras cidades, mantendo o trabalho em equipe, mas por outro lado, no aspecto relacional da aluna surda com seus colegas e professores, o ensino remoto dificultou a criação de vínculos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Quando os alunos surdos se movimentam para aprender algo, é nesse momento em que passam do que é sabido e o que é desconhecido por eles, que ocorre o aprendizado. A obra de Deleuze, *Proust e os Signos* (2022), apresenta o conceito do *aprender*, a partir da análise de uma obra literária intitulada “Em busca do tempo perdido” de Michel Proust. E esse conceito nos interessa nesta pesquisa, uma

vez que o *aprender* para os alunos surdos é mediado pela interpretação de um TILSP, na escola inclusiva e no ensino superior.

Deleuze (2022) utiliza o verbo no infinitivo para demonstrar que o *aprender* se dá no movimento, é um processo contínuo de apreensão de conhecimentos; enquanto o aprendizado é algo do acontecido, ao estabelecido. O *aprender* pode ser motivado por diferentes signos, objetos, sujeitos, enunciados, não se sabe o que pode mobilizar na pessoa o exercício do pensamento, por isso o *aprender* é imprevisível.

O que nos força a pensar é o signo. O signo é o objeto de um encontro; mas é a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que ele faz pensar. O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural; é, ao contrário, a única criação verdadeira. [...] pensar é sempre interpretar, isto é, explicar, desenvolver, decifrar, traduzir um signo. Traduzir, decifrar, desenvolver são a forma da criação pura. (DELEUZE, 2022, p. 93).

É o encontro com signos diversos que move o pensamento e propicia a entrada no *aprender*, pois em contato com signos externos, num movimento constante e plural, o aprendiz mobiliza seu interior no sentido de decifrar esse signo. Algo da ordem da criação precisa acontecer para que o *aprender* se concretize. Schérer (2005, p. 1188), baseado em Deleuze, afirma que “aprender não é reproduzir, mas inaugurar; inventar o ainda não existente, e não se contentar em repetir um saber”. Nesse sentido, não se aprende imitando, mas o aprendiz precisa estar aberto ao percurso do aprender, tanto quanto o mestre precisa ter atenção e criatividade para verificar se os encontros contingentes aconteceram com seus alunos, a fim de guiá-los por esse caminho.

Pensando nesse conceito e nos encontros que precisam acontecer, o TILSP é um emissor de signos para os alunos surdos, a partir do que ele próprio já decifrou dos signos emitidos pelo professor. Assim, o aluno surdo se insere no movimento do pensamento, para produzir suas significações. Nesse processo, podem ocorrer decepções, segundo Deleuze (2022), quando tentamos decifrar o signo recebido e falhamos, “quando o objeto não nos revela o segredo que esperávamos” (p. 38), pois ora o professor não pensou no aluno surdo no seu planejamento, ora o TILSP não decifrou os signos, ora porque o aluno não elaborou suas associações subjetivas e ficou preso no objetivismo, ou ainda, o contexto remoto não propiciou bons encontros com signos ao aluno surdo.

O ensino remoto, como foi proposto em contexto emergencial, trazendo mudanças de forma aligeirada, diferencia-se do ensino à distância, que é planejado desde o início para esse formato. O ensino remoto não conseguiu abarcar todas as

necessidades na sua primeira oferta. Isso porque, além de conhecimentos técnicos, possibilidades de aquisição de equipamentos e outras adaptações, o ensino foi pensado para o formato presencial. Nesse sentido, Pereira, Scalea e Carvalho (2022) apontam que, em muitos casos, o ensino foi apenas transposto, com seus recursos didáticos, método, planejamento para a virtualidade, pelo caráter emergencial.

Com isso, muitos estudantes enfrentaram dificuldades de adaptação e aprendizagem nesse período, pelas condições socioeconômicas e de acesso às aulas. Ressaltamos, ainda, a importância das interações face a face, que foram perdidas tornando o espaço da sala de aula ainda mais completo, pelo fato de as interações ocorrerem por meio de telas. Nesse contexto, a pessoa surda tinha também o desafio de acompanhar as aulas interpretadas, o que muitas vezes ficou prejudicado pela baixa qualidade da conexão.

Os intérpretes precisaram se adequar aprendendo a manusear plataformas de videoconferências que foram utilizadas pelas instituições de ensino para aulas e *lives*, adquirindo recursos tecnológicos e modificando o espaço de sua residência para o trabalho. Assim, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) publicou a nota técnica nº 004, em maio de 2020, com a descrição e orientações ao trabalho dos TILSP de dois contextos de interpretação remota: 1) em videoconferências na direção Português-Libras, como seminários, palestras transmitidas ao vivo; e 2) eventos com número reduzido de participantes em plataformas de reuniões virtuais, nas duas direções de interpretação, e com maior interação entre os participantes, por exemplo, reuniões, assembleias (FEBRAPILS, 2020) e nesse formato incluímos o gênero aulas.

A nota enfatiza que a interpretação simultânea é a mais frequente na atuação remota e que “essa modalidade de interpretação exige do profissional grande esforço cognitivo que envolve atenção, concentração e memória” (FEBRAPILS, 2020, p. 2). Logo, é fundamental que a plataforma utilizada propicie uma boa visualização de todos os participantes do evento. Isso porque no trabalho remoto, o TILSP precisa lidar com demandas internas e externas em maior quantidade, se comparado à atuação presencial. De acordo com Nascimento e Nogueira (2021), sobre a interpretação de conferência:

[...] no contexto remoto a transmissão da imagem pela internet, a gestão do equipamento durante a interpretação, o contato entre a equipe de interpretação e a preocupação constante para que tudo ocorra bem são

fatores que implicam novas configurações de atuação profissional na interpretação de conferências. (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2021, p. 7014).

Ao trabalhar em casa, o TILSP precisa gerenciar não apenas sua interpretação, mas aspectos específicos do formato remoto, como o manuseio de ferramentas digitais, conectividade, o ambiente domiciliar e as pessoas com quem convive, entre outros. E quando trabalha em contexto educacional, ainda acompanha o processo de aprendizagem do aluno surdo, uma vez que o profissional assume uma função pedagógica quando atua nesse espaço.

Quanto aos desafios do ensino remoto nas pesquisas, fizemos um levantamento e constatamos que as temáticas recorrentes na educação básica, foram: políticas e direitos linguísticos dos surdos na inclusão, estratégias dos TILSP em sala de aula durante a pandemia, desigualdades socioeconômicas escancaradas pelo formato de ensino. Para conhecermos melhor esse contexto de ensino quando no ensino superior, propusemos uma coleta de dados que será descrita a seguir.

## METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada em uma universidade federal do interior do estado de São Paulo, de modo virtual, em dois *campi* da instituição, por meio de uma plataforma de reuniões online. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) com o número do parecer de aprovação 5.188.755.

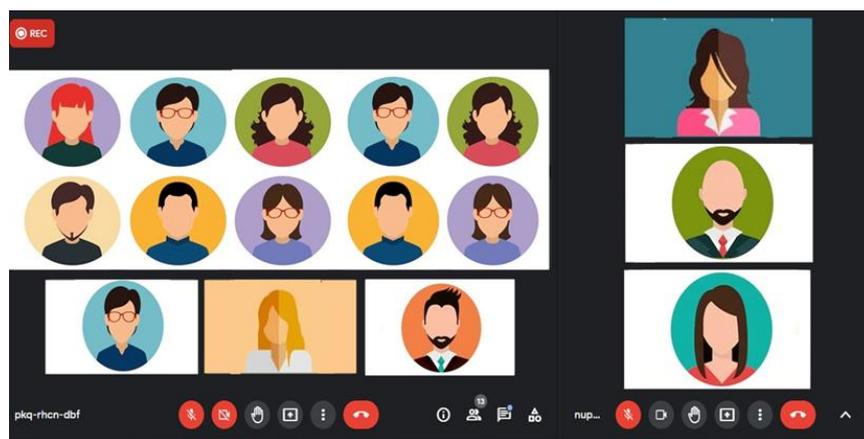
As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir de um roteiro semiestruturado e a seleção de participantes TILSP se deu pelos seguintes critérios: a) ser profissional TILSP atuante em universidade federal do estado de São Paulo; b) ter atuação em disciplinas da graduação ou da pós-graduação; c) estar atuando ou ter atuado no ensino remoto. Desse grupo, participaram seis intérpretes da mesma instituição. Convidamos também discentes surdos da graduação e pós-graduação para compor os dados na perspectiva do usuário do serviço de interpretação e que tivesse estudado no período remoto; dessa consulta conseguimos apenas uma discente surda, ingressante no período de pandemia.

Outro instrumento de coleta de dados foi a observação realizada no intervalo de cinco semanas em uma disciplina da pós-graduação. Não conseguimos observar

a turma da discente entrevistada, pois no período de coleta de dados, apenas a pós-graduação estava com aulas em andamento, no formato remoto. Na turma da pós havia dois discentes surdos, que cursavam suas disciplinas remotamente.

Os dados observados foram registrados em diário de campo, contendo descrições dos acontecimentos, diálogos entre os discentes surdos e a turma, discussões sobre a língua de sinais, comentários que os discentes surdos escreviam no *chat*, diálogos entre os intérpretes e dinâmica de atuação. A equipe que observamos atuava utilizando duas janelas do navegador, uma que seria a sala de aula e outra que seria uma sala privada para interpretação. Sendo assim, pedimos aos participantes um print de suas telas para materializar essa construção elaborada por eles. Com intuito de preservar suas identidades, a imagem foi editada como demonstrado abaixo:

Figura 1: Formato da tela do computador da intérprete com duas salas



Fonte: Dissertação de mestrado de Iriarte (2023, p. 94).

Figura 2: Sala de apoio com apresentação da sala principal



Fonte: Dissertação de mestrado de Iriarte (2023, p. 94).

Ficou acordado entre os intérpretes que deveriam sempre criar uma sala de uso paralelo ao da atividade (aula, reunião, oficina) para que o trabalho de apoio ocorresse sem interferir no andamento da atividade. Abaixo segue uma descrição sobre os usos de cada sala.

- 1) **Sala principal**, a sala de aula (à esquerda): onde ocorrem as interações entre professor e alunos e apresentações em PowerPoint.
- 2) **Sala de interpretação** ou **sala de apoio** (à direita): nesta janela ficam intérpretes e discentes surdos. Tem como finalidade a prática interpretativa em si, com trabalho de apoio e revezamento, e a gravação da interpretação. Normalmente, quando o participante surdo entra nesta sala, os intérpretes mantêm suas câmeras fechadas na sala principal. (IRIARTE, 2023, p. 95)

A organização em duas salas teve início quando, após algumas demandas, um dos docentes surdos da instituição, frustrado pela dificuldade em encontrar a janela do intérprete durante uma reunião, quando havia muitas pessoas participando, reclamou sobre a situação. A equipe de intérpretes buscou soluções, uma vez que até mesmo para o revezamento, a grande quantidade de pessoas em uma reunião, trazia uma dificuldade a mais nas trocas. Uma estratégia levantada foi a de criar uma reunião e enviar o *link* para os surdos para que compartilhassem esse espaço.

A decisão, a princípio, causou estranhamento nas demais pessoas, por entenderem que havia a exclusão dos surdos, já que estavam em uma sala à parte. No entanto, a equipe justificou a criação da sala e seu uso com ou sem a entrada de surdos.

- a) o formato permite a captura da tela de interpretação, que não fica registrada na sala principal para a gravação da aula, com isso, a sala de interpretação também é gravada para consulta posterior, caso o discente surdo tenha interesse;
- b) a sala paralela permite que o discente surdo veja a tela do intérprete em tamanho maior, o que dá mais conforto no acompanhamento da aula;
- c) o discente surdo tem mais facilidade para encontrar e fixar o intérprete de turno na sala de interpretação, pois há poucas pessoas;
- d) quando o professor apresenta documentos ou *slides*, a imagem do intérprete geralmente não fica visível com as janelas principais (que são exibidas de acordo com o som emitido na sala), sendo assim, uma sala com poucas pessoas facilita o manuseio e organização das janelas de acordo com a preferência e/ou necessidade do aluno surdo;
- e) o trabalho em equipe, dos TILSP, também é beneficiado nessa organização, visto que é possível organizar as janelas para turno e apoio, interagir, dar avisos, sem interferir na aula. (IRIARTE, 2023, p. 96)

A entrada dos participantes surdos na sala de apoio é opcional, contudo, na maioria das demandas com grande quantidade de pessoas na sala principal, os surdos estavam presentes nas duas salas, pelas características descritas acima.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados, elaboramos quatro eixos de análise, a saber:

- 1) as ações práticas de Intérpretes Educacionais e a co-relação com ações que envolvem práticas pedagógicas e direcionam o *aprender* no/do aluno;
- 2) características profissionais, formativas e estratégias discursivas dos intérpretes observados que os aproximam ao estudante surdo e ao processo interpretativo-pedagógico, facilitando o processo de aprendizagem;
- 3) análise do estudante surdo sobre os desafios postos no ensino remoto em relação à inclusão por meio da interpretação, aspectos técnicos/tecnológicos e falhas no processo de “ensinagem”;
- 4) processos de remodelagem para a atuação remota pelos intérpretes: a relação com o corpo, as tecnologias e as interações de trabalho.

No primeiro eixo, analisamos uma cena em que na observação das aulas, percebemos que os intérpretes educacionais faziam diversas anotações no *chat* da sala de apoio, em caixa alta, e se tratavam de nomes de autores, de teorias, termos específicos, expressões, tudo o que eles julgassem ser necessário ter um registro escrito era compartilhado no *chat*. Isto é, os alunos surdos tinham acesso a diferentes signos: aqueles emitidos pela docente, pelos colegas, conversas no *chat* da sala principal, apresentações em PowerPoint, interpretação em Libras, legendas, entre outros. E entendemos que a estratégia adotada pelos TILSP nesse contexto também poderia configurar uma possibilidade sógnica para o *aprender* dos estudantes, uma vez que poderia despertar neles o pensamento a partir de uma materialidade. Além de se tornar um efeito de anotação para estudo posterior.

Essa prática também possibilitou que os alunos surdos pudessem se apropriar de conhecimentos nas duas línguas em circulação, especialmente, quando pensamos na produção de trabalhos acadêmicos que deverão ser entregues aos docentes ao final do período. As autoras Formagio e Lacerda (2016) apontam a necessidade desse contato linguístico.

Dominar a escrita é importante para os surdos, pois permite que eles se comuniquem com a sociedade, com os conhecimentos construídos pela humanidade e com a cultura local, integrando-o como cidadão à nação a qual pertence, ampliando seus conhecimentos e principalmente capacitando-o a produzir seus próprios enunciados (FORMAGGIO; LACERDA, 2016, p. 178).

Quando o aluno surdo constrói saberes apoiado na relação entre as duas línguas, isso envolve um sentimento de pertencimento e identidade, quando da produção em línguas de modalidades diferentes. Certamente as anotações não resolvem os problemas da educação inclusiva e do ensino remoto, entretanto, é uma estratégia que devemos observar se permaneceu no retorno presencial ou foi algo possível apenas da virtualidade. Tal prática reforça a noção de que o intérprete no contexto educacional se preocupa com o aprendizado do aluno surdo e encontra mecanismos para auxiliar no processo do *aprender*.

No eixo 2, discutimos se a formação e experiências dos TILSP entrevistados se relacionam com as práticas profissionais em sala de aula. Em nossos dados, dos seis entrevistados, apenas 1 TILSP tem formação inicial específica em tradução e interpretação em Libras; os demais são formados em: Pedagogia (1), Letras Português e Inglês (3) e Letras Libras (1). Além disso, três concluíram ou estão estudando na pós-graduação e quatro participaram de formação em serviço. Uma das intérpretes entrevistadas apontou a importância dessa formação continuada:

É importante o desenvolvimento de práticas de formação em serviço, e como frequentemente TILSP, professores bilíngues e instrutores surdos atuam em espaços comuns, é muito benéfica a experiência de trocas e reflexões compartilhadas para adensamento dos conhecimentos em Libras, bem como para avançar nas reflexões sobre a educação inclusiva bilíngue. (LACERDA, 2010, p. 150).

As ações do intérprete no ensino superior refletem as experiências profissionais em outros espaços de atuação e nas formações continuadas. O profissional, constituído por práticas em parceria com o professor, aprende a agir de outro modo a partir das trocas com outros TILSP. No entanto, tal postura de mestria ativa, depende da aceitação do professor, algo que é trabalhado nas formações, mas que muitas vezes não chega até o docente. No ensino superior, por exemplo, a TILSP Estela<sup>3</sup> relata que uma das dificuldades é estabelecer essa parceria com os docentes, pois há uma disputa de poder na sala de aula. Deste modo, há que se questionar: se os

---

<sup>3</sup> Nome fictício de uma das intérpretes entrevistadas.

TILSP precisam frequentemente insistir para estabelecer parceria com o docente, a fim de favorecer o aprendizado do aluno surdo, algo na educação inclusiva não funciona como deveria, isto é, uma parte da turma, está sendo deixada fora do processo.

O eixo 3 trata da perspectiva da aluna surda sobre as vantagens e desvantagens do ensino remoto. Quando questionamos a aluna sobre a inclusão no ensino remoto e sobre o uso das plataformas para aulas, ela comentou positivamente sobre a divisão da tela em duas salas, o que corrobora a argumentação dos intérpretes no tópico anterior, pois para ela, propicia uma boa visualização do professor, dos *slides* e dos intérpretes de Libras. Contudo, ela se posiciona sobre o fato de os TILSP não abrirem suas câmeras na sala principal, algo que faz com que ela se sinta excluída da sala de aula.

Discutimos então sobre a complexidade desse sentimento de pertencimento do aluno surdo no ensino superior. O que ficou evidente é a questão da visibilidade do corpo surdo e sua importância para o reconhecimento das diferenças presentes em sala de aula. Cabe destacar que a inclusão não se concretiza somente com a presença do TILSP - considerando também a necessidade de adequação de currículo, didática, metodologia, elaboração de materiais - mas é necessário, sobretudo, a promoção do pertencimento surdo à sala de aula, como parte integrante de um grupo, sem negligenciar a sua diferença.

Neste caso analisado, o que traz o sentimento de exclusão à aluna é proveniente da fronteira em torno da imagem, uma vez que se ela não é vista, seu corpo não é visto, ela não consegue se constituir aluna. A língua de sinais, que a constitui, se materializa de maneira visual, isso é o que confere suas experiências de vida, aquisição de conhecimentos por meio da visualidade (CAMPELLO, 2008; PELUSO; LODI, 2015). Privar a aluna desse contato visual foi o que causou a sensação de estar e não estar em um lugar.

Sobre o eixo 4, que trata especificamente das práticas dos intérpretes no contexto remoto, destacamos que o formato impeliu o profissional a assumir muitas tarefas novas, além das adequações mencionadas anteriormente. Quanto à mudança do local de trabalho, Marques (2020, p. 30) demonstra que foi um desafio conciliar o trabalho em casa, devido aos “barulhos externos, interferência familiar e ambiente sem privacidade”, e reforça que existem realidades domiciliares diversas, que podem ter ou não condições adequadas para o trabalho remoto.

Destacamos também a sobrecarga de trabalho que ocorreu no período da pandemia. Como a universidade estabeleceu que as aulas deveriam ser gravadas e disponibilizadas em plataforma de ensino para os alunos que não conseguiam entrar no encontro síncrono, os intérpretes também se encarregaram de gravar sua atuação. Essa tarefa ficou na responsabilidade dos TILSP, pois as plataformas de reuniões virtuais utilizadas priorizam a fala oral, em detrimento das imagens sem som, como é o caso das janelas dos intérpretes. Sendo assim, os profissionais realizavam a gravação das interpretações com cada vez mais recursos (legenda, projeção da sala principal, como visto na metodologia), o que tornou o trabalho mais complexo, visto que precisavam se lembrar de cada etapa e procedimentos<sup>4</sup> para que o produto final tivesse a qualidade necessária para o aluno surdo acompanhar o conteúdo.

Essas novas atividades estão relacionadas com a função pedagógica assumida pelos TILSP, dado que os vídeos gravados configuram materiais de estudo para os alunos surdos, produzidos com a colaboração dos estudantes, que foram solicitando alterações com suas preferências. É uma ação pedagógica, pois vai além da interpretação, a preocupação também se dá no âmbito da compreensão do aluno surdo, para que ele consiga aprender, no encontro com esses signos. Os TILSP, portanto, atuaram na perspectiva de minimizar as limitações da plataforma, que se alinha com a valorização das línguas orais e apaga a existência de línguas sinalizadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período do ensino remoto foi desafiador em diferentes aspectos: o contexto de pandemia que dizimou muitas pessoas, as adaptações que todos tiveram que realizar para manter suas atividades, demandas pessoais e de trabalho ocupando o mesmo espaço, o isolamento social, a aquisição de ferramentas tecnológicas e o aprendizado sobre manuseio de plataformas digitais. Essas mudanças evidenciaram as desigualdades sociais e o escasso letramento digital. Em meio a esse contexto, os intérpretes se viram com as mesmas dificuldades, e ainda precisavam se preocupar com a interpretação e o aprendizado dos alunos surdos atendidos.

---

<sup>4</sup> Sugerimos a visualização da tabela completa elaborada por Iriarte (2023, p. 152-153) sobre as novas formas de atuação dos intérpretes educacionais no contexto remoto.

No ensino superior, as práticas dos TILSP mostraram sua potência enquanto emissor de signos não só na interpretação, mas na elaboração de materiais que serviram de apoio para os estudantes surdos. Assim, uma mestria ativa e criativa no uso das funcionalidades das plataformas foi fundamental para que os alunos tivessem a possibilidade de contar com materiais completos e de qualidade para seus estudos, por exemplo, a gravação das aulas com recursos de legenda, apresentações em PowerPoint, com a escrita via *chat*, e sobretudo, a abertura para o discente mostrar como ele aprende de fato.

Com sua criatividade, os intérpretes lançaram mão de estratégias que contribuíram com o *aprender* do aluno surdo, mesmo usando plataformas que reforçam a hegemonia das línguas orais. Por outro lado, os desafios para a aluna surda entrevistada, como: a sua invisibilidade em sala de aula, o que também apaga a presença dos intérpretes e da língua de sinais, e limita as possibilidades de criação de vínculos, problemas de conexão que afetaram sua participação nas aulas síncronas.

Essas dificuldades relatadas interferem no processo do *aprender* dos alunos surdos, pois as interações em sala de aula são importantes tanto para o sentimento de pertencimento à turma e plena participação, quanto para a construção de conhecimentos coletivamente. Por fim, os TILSP tiveram sobrecarga de trabalho no ensino remoto, ou seja, ao mesmo tempo em que suas novas práticas beneficiaram os alunos surdos de forma incontestável, trouxe para o profissional uma gama de tarefas novas que sobrecarregaram a equipe.

## REFERÊNCIAS

CAMPELLO, A. R. S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Editora 34, 2022.

FEBRAPILS. **Nota Técnica sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de sinais**: nº 004/2020 de 27 de maio de 2020.

FORMAGIO, C. L. S.; LACERDA, C. B. F. **Práticas pedagógicas do ensino de português como segunda língua para alunos surdos no ensino fundamental**.

In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos.; MARTINS, V. R. O. (orgs) Escola e Diferença: caminhos para uma educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 169-241.

IRIARTE, A. C. S. **Intérprete educacional e o aprender de alunos surdos**: análise do contexto remoto no ensino superior. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18284>. Acesso em 20 set. 2024.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, v. 36, p. 133-153, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARQUES, R. F. **Interpretação Remota Durante a Pandemia do Coronavírus**: Um relato de experiência de interpretação no ensino superior. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Letras LIBRAS, Florianópolis, 2020.

NASCIMENTO, V. ; NOGUEIRA, T. C. Interpretação remota de Libras-Português em conferências durante a pandemia de COVID-19: dimensões de uma prática emergente. **Fórum Linguístico**, v. 18, p. 7006-7028, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/81143>. Acesso em: 21 set. 2024.

PELUSO, L.; LODI, A. C. B. La experiencia visual de los sordos. Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas. **Pro-Posições**, v. 26, n. 3, p. 59–81, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507803>. Acesso em: 20 set. 2024.

PEREIRA, E. J. R.; SCALEA, L. F. L.; CARVALHO, J. G. de. Ensino remoto em tempos de pandemia: considerações sobre o ensino não presencial emergencial na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 11, p. 71937-71955, 2022.

SCHÉRER, R. Aprender com Deleuze. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. Educ. Soc., 2005 26(93), set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GmQZtY6nDyzP9TZFxPZzZtb/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2024.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 27 set. 2024.